Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Regional Público do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA

CNPJ nº 24.232.886/0083-03

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais

Ativo	**Nota**	**2.016**	**2.015**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.271.603	7.520.537
Contas de receber	5	13.857.128	17.574.367
Estoques	6	3.332.084	2.605.383
Adiantamento a fornecedores		346.267	163.284
Partes relacionadas	7	2.109.071	1.558.410
Outros ativos circulante		293.356	255.164
		27.209.509	**29.677.145**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		73.461	22.004
Imobilizado	8	6.753.120	6.557.921
Intangível	8	100.645	173.052
		6.927.226	**6.752.977**
Total do Ativo		**34.136.735**	**36.430.122**

Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2.016**	**2.015**
Circulante			
Fornecedores	9	5.847.099	6.148.865
Honorários médicos	10	2.184.682	2.974.725
Obrigações sociais e trabalhistas	11	6.087.878	4.122.047
Obrigações fiscais		454.472	398.037
		14.574.131	**13.643.674**
Não Circulante			
Provisão para descontinuidade	12	3.529.037	2.703.141
Provisão para contingência	13	13.372	13.372
		3.542.409	**2.716.513**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social		20.069.935	19.864.319
(Déficit) superávit dos exercícios		(4.049.740)	205.616
		16.020.195	**20.069.935**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**34.136.735**	**36.430.122**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais

	Patrimônio social	**Superávit do Exercício**	**Total**
Em 1° de Janeiro de 2.015	**17.907.303**	**1.957.016**	**19.864.319**
Transferência	1.957.016	(1.957.016)	**-**
Superávit do exercício	-	205.616	**205.616**
Em 31 de Dezembro de 2.015	**19.864.319**	**205.616**	**20.069.935**
Transferência	205.616	(205.616)	**-**
Déficit do exercício	-	(4.049.740)	**(4.049.740)**
Em 31 de Dezembro de 2.016	**20.069.935**	**(4.049.740)**	**16.020.195**

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais

	Nota	**2.016**	**2.015**
Receitas Operacionais			
Receitas de subvenções-custeio	14	105.813.347	96.325.298
Receitas de subvenções-investimento	8b	1.129.542	1.046.869
Receitas financeiras		32.574	248.676
Doações		1.661.053	1.557.646
Outras receitas		21.130	8.792
Total das Receitas		**108.657.646**	**99.187.281**
Despesas Operacionais			
Despesas com pessoal	15	(31.468.738)	(25.160.182)
Serviços de terceiros	16	(36.703.762)	(38.714.830)
Custo corporativo compartilhado	17	(9.886.022)	(9.445.415)
Drogas, medicamentos e materiais	18	(25.176.399)	(18.422.158)
		(103.234.921)	**(91.742.585)**
Amortização e depreciação	8b	(1.509.164)	(1.723.363)
Correio e comunicação eletrônica		(108.410)	(107.477)
Água, gás, energia elétrica e telefone		(3.218.119)	(3.215.093)
Fretes e carretos		(197.695)	(178.205)
Viagens e ajuda de custo		(532.395)	(307.929)
Locações		(171.909)	(122.288)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5a	(2.588.759)	(1.409.865)
Despesas financeiras		(205.924)	(234.584)
Inventário físico ativo imobilizado	8b	(541.558)	-
Outras despesas		(398.532)	(389.769)
Reversão de provisão para contingências		-	449.493
		(9.472.465)	**(7.239.080)**
Total das Despesas		**(112.707.386)**	**(98.981.665)**
(Déficit) Superávit dos Exercícios		**(4.049.740)**	**205.616**

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais

	2.016	**2.015**
(Déficit) Superávit dos Exercícios	**(4.049.740)**	**205.616**
Outros resultado abrangentes	**-**	**-**
Resultado Abrangente dos Exercício	**(4.049.740)**	**205.616**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2.016	**2.015**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit dos exercícios	**(4.049.740)**	**205.616**
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	1.509.164	1.723.363
Valor residual de ativos baixados	541.558	-
Realização de subvenções	(1.129.542)	(1.046.869)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.588.759	1.409.865
(Reversão) constituição de provisão para contingências	-	(449.493)
(Déficit) superávit dos exercícios ajustados	**(539.801)**	**1.842.482**
Variações nos ativos e passivos		
Contas de receber de clientes	1.128.480	1.645.363
Estoques	(726.701)	(77.721)
Adiantamento a fornecedores	(182.983)	219.040
Outros ativos circulantes	(89.649)	(61.312)
Fornecedores	(301.766)	(654.410)
Honorários Médicos	(790.043)	(726.797)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.965.831	706.383
Obrigações fiscais	56.435	140.651
Provisão para descontinuidade	825.896	675.249
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.345.699**	**3.708.928**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(1.893.972)	(1.869.714)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.893.972)**	**(1.869.714)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos cedido a partes relacionadas	(550.661)	(266.151)
Subvenções governamentais de investimentos	850.000	**-**
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**299.339**	**(266.151)**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(248.934)**	**1.573.063**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.520.537	5.947.474
No fim do exercício	7.271.603	7.520.537
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(248.934)**	**1.573.063**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.016 e de 2.015 - Cifras apresentadas em reais.

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. **b) Contrato de Gestão:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, em 08 de maio de 2.008, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional Público do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos, e prorrogado até 07 de maio de 2014 através do 13° aditivo. Em 08 de maio de 2.014, as partes celebraram novo contrato de gestão (N° 23/2014), podendo ser prorrogado por até 05 (cinco) ano. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitano e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios de sua região de abrangência. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC n° 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 17 de Fevereiro de 2.017. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. **b) Ativos circulantes e não circulantes:** • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **c) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **d) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **e) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **f) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **g) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvenções custeio: As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **h) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente

continua ▶